



**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019**

--- Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Fortunato Pereira, secretariada pelos Senhores Secretários em exercício António Eduardo Gonçalves Costa Marques e José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos e, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; ORDEM DE TRABALHOS - Ponto Um -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre o **“Relatório de Actividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar referente ao ano de 2018”**, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Dois -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre o **“Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2018”**, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Três -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre a **“Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 do Município de Tomar”** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Quatro -** Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre a **“Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 dos SMAS de Tomar”** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Cinco -** **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Seis -** **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O Ponto 5 e o Ponto 6 terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, do seguinte teor: *“Eu, Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, venho desta forma solicitar a minha substituição na Assembleia Municipal referente aos dias 25 e 26 de abril de 2019. O meu pedido deve-se ao facto de me encontrar ausente do país nessas datas. Grata pela atenção, com os melhores cumprimentos, Fátima Duarte”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo senhor Deputado Municipal José Manuel Pereira Ferreira Neto, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel dos Reis Marques, do seguinte teor: *“Vasco Miguel dos Reis Marques, Deputado Municipal pelo Partido Socialista, pelo presente informa que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na Sessão da Assembleia Municipal a realizar no dia 26.04.2019, pelo que requer a sua substituição. ----- Tomar, 17.04.2019. Grato e atentamente, Vasco Marques”*. -----

Na sequência deste pedido foi substituído pela senhora Deputada Municipal Maria Celeste de Jesus Nunes, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Rui Samuel Martins de Alferes Gomes, do seguinte teor: *“Serve o presente email para comunicar que não poderei comparecer na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 26 de abril pelas 16h00 por motivos pessoais, solicito desta*

forma que me façam substituir. O meu muito obrigado. Com os melhores cumprimentos, Rui Samuel Gomes". -----

Na sequência deste pedido foi substituído pela senhora Deputada Municipal Carla Maria Freitas Santos Joaquim, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do seguinte teor: *"Venho, pelo presente comunicar que não poderei estar presente na sessão agendada para o dia 26 de abril de 2019, uma vez que nesse dia, por motivos profissionais, terei de estar em Torre de Moncorvo, sendo previsível que não chegarei a tempo de participar na Assembleia. Assim, venho requerer a V.Exa. a justificação da minha falta, bem como a minha substituição para essa mesma sessão, pelo elemento seguinte da lista. Com os melhores cumprimentos, João Miguel Tenreiro, Deputado Municipal eleito pelo PSD".* -----

Na sequência deste pedido foi substituído pelo senhor Deputado Municipal António Augusto Brito Costa, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, do seguinte teor: *"António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, deputado municipal eleito nas listas do PSD, vem comunicar a V.Exa. que por motivos profissionais, não pode comparecer na 2ª sessão ordinária de 26 de abril de 2019. Assim sendo, solicita, nos termos da Lei, a sua substituição para essa reunião, pelo elemento seguinte da lista, devendo o mesmo ser assim notificado para o efeito. Com os melhores cumprimentos, António M. Jorge".* -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor Deputado Municipal Hélder Manuel Neves Marques Santos, do qual foi recebido o seguinte pedido de substituição: *"Hélder Manuel Neves Marques Santos, deputado municipal eleito nas listas do PSD, vem comunicar a V.Exa. que por motivos profissionais, não pode comparecer na sessão extraordinária agendada para o dia 25 de abril de 2019, bem como para a 2ª sessão ordinária dia 26 de abril de 2019. Assim sendo, solicita, nos termos da Lei, a sua substituição para essa reunião, pelo elemento seguinte da lista, devendo o mesmo ser assim notificado para o efeito. Com os melhores cumprimentos, Hélder Manuel Neves Marques Santos".* -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor Deputado Municipal António Pedro dos Santos Bonet da Graça Vieira, do qual foi recebido o seguinte pedido de substituição: *"Relativamente ao assunto referenciado e por razões pessoais, não poderei estar presente na sessão ordinária da próxima sexta-feira. Obrigado pela atenção. Com os melhores cumprimentos, António Bonet Vieira (PSD)".* -----

--- Na sequência deste pedido foi convocada a senhora Deputada Municipal Maria Manuela Gomes Fernandes da Cunha Norte, do qual foi recebido o seguinte pedido de substituição: *"Boa tarde, por motivo de férias não posso estar presente. Melhores cumprimentos, Manuela Cunha Norte".* -----

--- Na sequência deste pedido foi convocado o senhor Deputado Municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do qual foi recebido o seguinte pedido de substituição: *"Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, deputado municipal eleito nas listas do PSD, vem comunicar a V.Exa. que, por motivos profissionais, não poderá comparecer na sessão da Assembleia Municipal de Tomar, designada para o dia 26 de abril de 2019 e para o qual foi convocado. ----- Com efeito, na data em causa o signatário tem a continuação de uma reunião de trabalho inadiável, reunião esta que se realiza fora da área geográfica do concelho e que não foi possível alterar, dado o número de intervenientes das diversas regiões do país. ----- Assim sendo solicita, nos termos da Lei, a justificação da sua falta e a sua substituição para essa mesma sessão pelo elemento seguinte da lista, devendo este ser notificado para o efeito. Com os melhores cumprimentos, Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira".* -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pela senhora Deputada Municipal Zélia de Jesus Pereira Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Rodrigues da Costa Graça, do seguinte teor: *"Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Secretário Joaquim Maria dos Anjos, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 2ª Sessão Ordinárias da Assembleia Municipal de Tomar, a ter lugar no próximo dia 26/04/2019,*



no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 16h00. Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, António Rodrigues da Costa Graça". -----

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Arlindo da Conceição Costa Nunes, do seguinte teor: "Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Presidente da Junta de Freguesia, senhor Arlindo da Conceição Costa Nunes, de solicitar a sua substituição pela Secretária, senhora Luísa Maria da Conceição Henriques, a representar a União de Freguesias de Madalena e Beselga em seu lugar, 2ª Sessão Ordinária a ter lugar dia 26 de abril de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 16h00". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que devido ao pedido da substituição da Senhora Primeira Secretária da Mesa, Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte essa função irá ser ocupada pelo Segundo Secretário, António Eduardo Gonçalves Costa Marques, tendo convidado o Senhor Deputado Municipal José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos para exercer nesta sessão, a função de Segundo Secretário da Mesa, em exercício.-----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os seguintes Senhores Deputados Municipais: António Augusto Brito Costa; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa; Ricardo Manuel dos Santos Lopes; Maria Fernanda do Pranto Correia; João Manuel Pimenta Henriques Simões; Luis António Antunes Francisco; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo; José Manuel Pereira Ferreira Neto; Maria da Luz Alves Lopes; Casimiro Mateus Fernandes Serra; Susana Alexandra Ferreira Faria; Isabel Maria Nogueira Fernandes Boavida; Maria Celeste de Jesus Nunes; Carla Maria Freitas Santos Joaquim; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Sílvia Paula Rosa da Silva; Zélia de Jesus Pereira Alves; António José de Carvalho Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Maria José de Jesus Barbosa; Jorge Filipe Martinho Rosa; Amâncio Sequeira Ribeiro; Maria de Lurdes Ferronau Fernandes; Joaquim Maria dos Anjos; Alexandre Gabriel Mateus Horta; João Luis Cardoso Alves; Luísa Maria da Conceição Henriques; Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Anabela Gaspar de Freitas; o Senhor Vice-Presidente da Câmara Hugo Renato Ferreira Cristóvão; o Senhor Vereador José Manuel Mendes Delgado; a Senhora Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; a Senhora Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; o Senhor Vereador Luis Manuel Monteiro Ramos e o Senhor Vereador Hélder Duarte Henriques. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, tendo-se verificado a intervenção do senhor José Manuel Pimenta, referiu que antigamente entre Vila Nova – Serra e Bioucas do Souto existia uma barca que fazia a travessia de uma margem para a outra, que deixou de existir e atualmente para vir a Tomar tem que dar uma volta de 27 km, pelo que solicitava a possibilidade de uma solução para voltar a haver uma barca para que as populações das duas margens pudessem conviver e fazer a sua vida, sugerindo até uma ponte, lembrando que a EDP e a EPAL fazem diariamente milhares de euros em água e em eletricidade. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo aberto inscrições para o uso da palavra, verificando-se as seguintes intervenções: Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista, afirmou que a sua intenção tem como fim repor a factualidade da última sessão da Assembleia Municipal, na qual a CDU informou o resultado de uma votação, imediatamente desmentida pelo próprio, que era incorreta, tendo a CDU reafirmado e dito da existência de uma ata, que não estava publicada, tendo apresentado agora a cópia da referida ata, na qual se demonstra, que na votação, não foi a favor das portagens da A23. -----

--- Paulo Jorge da E. Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária, sobre o mesmo assunto, referiu a sua entrega de uma declaração, reforçando o que foi dito pelo senhor Deputado Municipal Hugo Costa, que gostaria que ficasse em ata, concordando com o que foi dito pelo referido senhor Deputado Municipal, pois a informação que fez foi baseada no Diário da Assembleia da República, de maio de 2016 e não o de 8 de fevereiro de 2019, na qual aparecem o três votos de abstenção e não contra. -----

A declaração citada é do seguinte teor: "Declaração do deputado Municipal da CDU de Tomar – Na Assembleia Municipal de Tomar, de 15 de fevereiro de 2019, informei que a 26 de fevereiro



de 2016 foi aprovada, por unanimidade, a moção da CDU que apelava aos deputados da Assembleia da República, eleitos pelos distritos abrangidos pela A23, que desenvolvessem todos os esforços para a sua aprovação da abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23. -----

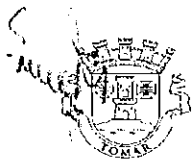
Na intervenção em que manifestei repúdio pelo sentido de voto do deputado municipal do PS que foi a favor nesta assembleia, pela imediata abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23, e contra na Assembleia da República, no dia 08/02/2019, baseei-me em dados errados, por usei uma votação da Assembleia da República de maio de 2016 e não a de 8/2/2019. Nesta última data efetivamente o voto do referido deputado foi de abstenção". -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as cópias da proposta apresentada pelo senhor Deputado Municipal João Simões, de nova redação à moção, relativa à "Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - «Não há planeta B» da CDU, só foi distribuída aos líderes dos grupos municipais, pelo que solicitava ao seu proponente a respetiva leitura. -----

--- João Manuel P. Henriques Simões, do Partido Socialista referiu que quando leu a moção da CDU, que disse estar de acordo, entendeu que deveria ser mais abrangente e, por essa razão, para além de saudar os jovens que participaram nas ações de defesa do meio ambiente, no dia 15 de março, e exultá-los a lutar, acrescentaria "por um desenvolvimento sustentável e uma alteração dos padrões atuais de consumo, pautados pela procura da neutralidade carbónica, redução da pegada ecológica e hídrica, aumento da eficiência energética e procura de alternativas renováveis para produção de energia contra a mercantilização da natureza". Disse propor, também, como número 3 "Saudar todos os cidadãos que, na sua conduta individual buscam reduzir o seu impacto no planeta Terra" e como número 4, e a ser aprovada em minuta, que fosse transmitida, pelo seu interesse, à Presidência da República, à Assembleia da República (Presidência e Grupos Parlamentares, Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação), ao Governo (Primeiro-Ministro e Ministro do Ambiente e da Transição Energética); à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, à Câmara Municipal e Freguesias do Concelho, à ANMP, à ANAFRE e dar conhecimento dela à Comunicação Social" e que deixa à consideração da Assembleia. -----

--- Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) relativamente à moção proposta pela CDU, referiu que queria reforçar a mesma, para além do que já foi dito, no sentido de lembrar que muitos jovens portugueses, e também em Tomar, participaram nestas ações, algumas delas após o dia 15 de março, terminando com uma iniciativa em Tomar, no dia 18 de maio, em que se vão envolver muitos alunos e docentes e que vai ao encontro daquilo que é proposto e daí a importância da apresentação desta moção da CDU. Relativamente à moção dos 45 anos, do aniversário da revolução de abril, comemorado ontem por esta Assembleia, disse querer valorizar que a Revolução de Abril foi e continua a ser um dos maiores acontecimentos da história portuguesa e para denunciar o regime fascista que houve em Portugal, os crimes e atrocidades praticados e que não se podem esquecer. Terminou, solicitando a aprovação das moções apresentadas, pela importância que têm para o concelho de Tomar. -----

--- Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar sobre a moção "Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - Não há planeta B" afirmou que é de saudar os jovens pelas suas iniciativas. No entanto afirmou que nem tudo é lindo na referida moção, porque lendo os considerandos, relativamente aos grandes grupos económicos e financeiros e, pelas práticas de países com ideologia comunista fazem em vários continentes, em que não respeitam o ambiente, pelo que a bancada do PSD vai abster-se nesta moção. Sobre a moção dos 45 anos do 25 de abril, comemorado solenemente nesta Assembleia e na qual foram refletidas e passadas para o exterior essas reflexões, a bancada do PSD propõe aos subscritores dessa moção, a retirada no ponto 1, da frase "... e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português". Afirmou que a CDU faz parte desta solução governativa, é um dos apoiantes das soluções governativas, pelo que se retirarem esta parte, votarão a favor, caso contrário votarão contra. -----



Mateus
Serra

--- Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção) em resposta à senhora Deputada Municipal Lurdes Ferromau, informou que manteriam a redação da moção tal qual como está. -----

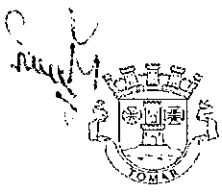
--- Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata afirmou e, reforçando a intervenção da líder da bancada do PSD, relativamente à moção "Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - Não há planeta B", infere de hipocrisia e demagogia e, razão pela qual, não poderá votar a favor. De seguida sublinhou algumas dessas questões, nomeadamente as violações e o uso e abuso das matérias primas e dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista. A propósito, lembrou que em Angola e Moçambique, a China está a roubar e a destruir o mar daqueles dois países, denunciado pela comunicação social, a nível mundial, inclusivamente as floretas e, que se saiba, a China ainda não é capitalista. Daí afirmar a demagogia desta moção. Outra questão, tem a ver com a guerra contra os povos para dominar os seus recursos naturais, mas o que a China está a fazer em África, em dois países que nos tocam muito, Angola e Moçambique é exatamente o que qualquer país capitalista faria e, que curiosamente, nem os Estados Unidos fazem. Referiu as imagens mostradas das pilhagens nestes países, como recentemente de arrastões chineses nas costas de Moçambique, que tudo sugam e depois aparece nas praias o que eles não querem. Terminou dizendo que, se não retirarem este tipo de linguagem, não votará favoravelmente a moção. ----

--- Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira começou se referir à intervenção do cidadão sr. Pimenta, relativo à Barca do Loureiro, porque existia uma travessia entre as duas margens do Zêzere, como com outras barcas, nomeadamente a da Esteveira e do Vale da Lage, e embora esta última fosse uma estrada militar, também foi utilizada e que com os tempos se foram perdendo. Reconhece ser uma situação complicada, no entanto disse ser importante que pelo menos uma delas, talvez a Barca do Loureiro, fosse criada uma estrutura de ancoragem, para que quem tivesse barco pudesse utilizar o espaço para uma proximidade maior entre as duas comunidades. Referiu que a APA é uma força de bloqueio, pelo que não será fácil fazer a referida estrutura, afirmando que é mais fácil um indivíduo colocar uma estrutura na água, sem o mínimo de condições, que ninguém chateia, e na área da Serra e Junceira, que tem cerca de 50 km de margem, isso é perceptível, com algumas delas a contaminarem as águas com os esgotos e a APA faz vista grossa, lembrando que o Zêzere tem milhões de pessoas a beber aquela água. Sobre as moções, referiu que a moção A, relativa aos problemas ambientais, irá abster-se na votação, embora concorde com o seu conteúdo, no entanto não concorda com a forma e confusão como foi tratada nesta Assembleia, porque todos os deputados municipais têm legitimidade para conhecerem o seu conteúdo, para se poderem pronunciar e como assim não foi feito a democracia não resistiu e daí ser esse o seu sentido de voto. Sobre a moção B, referente ao 25 de abril, irá votar a favor.

--- António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária em resposta ao senhor Deputado Municipal Casimiro Serra referiu que a moção apresentada pela CDU, relativa aos problemas ambientais, é apresentada em Tomar, e não em Angola, ou Moçambique, nem no Brasil, pelo que não existe nenhuma contradição por parte da CDU. -----

--- Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) em resposta à intervenção anterior, disse que desafiava a CDU, onde diz produção capitalista, incluir comunista, e assim serão coerentes, e aí disse rever o sentido de voto. -----

--- Maria da Luz A. Lopes, do Bloco de Esquerda, sobre a moção do ambiente, referiu que em primeiro se devia ver se estão de acordo com o projeto e depois fazer as alterações pontuais, porque as terminologias de socialista ou comunista, não terão grande importância. Afirmou não conhecer nenhum país, dito como regime comunista, não terão grande importância. Afirmou não conhecer nenhum país, dito como regime comunista, porque o comunismo é um mundo ideal, que não existe. Os regimes conhecidos são capitalistas e opressores, e outros como capitalismo de estado, que pouco diferenciam do mercado da oferta e da procura, em que só mudam os padrões. Sobre a China, afirmou que entende ser um país reacionário, na mais elementar das questões e nunca lhe passou pela cabeça de lhe chamar comunista. Já o regime capitalista diz conhecer, porque já o sentiu na pele, o seu interesse é o lucro, que é distribuído por um punhado de pessoas que estão espalhados pelo mundo todo e, em Portugal, não se poderá dizer que está muito longe, apesar de ser um regime democrático. A questão do planeta, é que se tem de pegar nele, todos juntos na sua defesa, esquecendo as diferenças a nível político, ou o planeta acaba para todos, sejam fascistas, comunistas ou socialistas. Sublinhou que não pode haver hipocrisia, porque por vezes estas coisas são feitas como forma de publicidade ou propaganda, mas disse



não acreditar que fosse essa intenção da CDU. O movimento de “Não há planeta B” é de aproveitar, porque é a juventude que está a tomar o planeta na mão, e os meias velhos só têm de apoiar, mesmo que existam algumas coisas que não agradem particularmente. E isto inclui também o problema do nosso rio, e este projeto é uma oportunidade muito boa, e esta moção será de confiança no seu trabalho. Sobre a moção do 25 de abril referiu que, todas as moções sobre o 25 de abril deverão ser votadas, mesmo que não se goste de alguns termos, porque é uma saudação. Terminou dizendo que votará favoravelmente as duas moções, embora se as redigisse, provavelmente não as faria desta forma, mas isso não é importante. -----

--- Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (2º intervenção) afirmou que o Partido Socialista está do lado do 25 de abril, embora se fosse o PS a fazer a moção, provavelmente não colocariam algumas das expressões utilizadas, e como saudação que é, votarão a favor. Relativamente à moção sobre o clima, e o que está a votação não são os considerandos, mas sim a parte resolutiva e os jovens envolvidos na defesa do ambiente, é bem mais importante que saber os métodos de produção. Lembrou o que o Eng. António Guterres, atual Secretário Geral das Nações Unidas, disse quando afirmou que, os jovens tinham compreendido aquilo que os adultos ainda não tinham entendido e, infelizmente, a Assembleia Municipal de hoje demonstrou isso. -----

--- António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) afirmou que releu a moção e, de acordo com o que disse a senhora Deputada Municipal Maria da Luz, se a voltasse a reescrevê-la amanhã ou depois, as redações seriam todas diferente, mas a finalidade seria a mesma, não encontrando nenhuma contradição que vá contra a verticalidade ou coerência, pelo que mantém o texto tal como está. -----

--- Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (3ª intervenção) afirmou que o Partido Socialista se associa à proposta de alteração, apresentada pelo senhor Deputado Municipal do Grupo Municipal do PS, João Simões, relativa à moção do ambiente. -----

--- Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção) fez uma intervenção do seguinte teor: *“A consagração de um programa dirigido à redução tarifária, designado por «Programa de apoio à redução do tarifário dos transportes públicos» com a sigla de PART, na Lei do Orçamento de Estado para 2019, constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas um passo da garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público, mas também uma medida de grande alcance e importância, para os trabalhadores e para a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos. O preço máximo de passe social, seja qual for a forma concreta deste título de transporte, de 40 euros no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e 30 euros, nos limites de cada município, é um objetivo que se impõe concretizar, também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso, para menores de 12 anos e a redução de 50% para a população com mais de 65 anos, e a implementação do passe de família. A CDU, só se pode orgulhar da sua intervenção ao longo destes anos, a par com a luta dos utentes, de ter prosseguido sempre este objetivo, em particular nas áreas, não só metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se notou bastante pelo alargamento do título de transporte já existente, mas também, como é do conhecimento de todos, desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo, sublinhou que esta medida devia ser alargada a todo o país. E foi nesse sentido, que o Partido Comunista Português, fez uma intervenção na discussão do Orçamento de Estado para 2019, tendo proposto e feito aprovar, um reforço de 21 milhões de euros, à verba inicialmente inscrita de 83 milhões de euros, e que no total acabámos por ter 104 milhões de euros, bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. Tendo em conta estes fatos, e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida, e sabendo nós que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizou no passado 25 de março, uma conferência de imprensa explicando as medidas previstas neste plano de aplicação da dotação do PART, que programa é que existia qual eram os valores que iriam ser conseguidos para esta área da CIMT e considerando que para lá destas verbas inscritas elas vão carecer ainda de reforço num futuro próximo. Os municípios podem e devem considerar a afetação de meios, não só à redução do tarifário, como ao alargamento da oferta que está a ser feita. A CDU vai propor, neste momento, que a Câmara Municipal deva promover todo o tipo de procedimento necessário para garantir que o território de Tomar e da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o preço máximo do passe, para uso da rede de transporte público seja respetivamente, como já tinha*

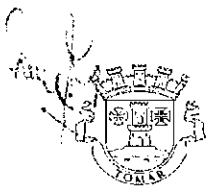


dito, de 30 e 40 euros. A CDU também irá propor que se criem as condições para garantir que o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público seja assegurado, gratuitamente até aos 12 anos, e a redução para a população com mais de 65. Também propõe à Câmara Municipal que intervenha, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, para que as deslocações em linha, que envolvem o território de comunidades contíguas, tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigoram no território abrangido. Propõe também à Câmara Municipal, que proceda no âmbito de cada aplicação do PART, e em particular no processo de renovação do concurso para a prestação do serviço público em articulação com a Comunidade Intermunicipal, à exigência do aumento da oferta disponível, seja na área rodoviária, seja na área ferroviária. Logicamente também temos que propor à Câmara Municipal que seja exigido da administração central e do governo em particular o seguinte: que consagrem em legislação o regime de redução tarifária, agora inscrito em Lei de Orçamento de Estado. Que garanta para o Orçamento de Estado para 2020, e consolide e amplie os montantes que sejam afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à harmonização da medida. Como todos sabem esta medida só estava a ser aplicada, a partir de abril ou maio, e para o ano, o que se pretende, é que seja aplicada logo a partir de janeiro, o que vai obrigar a reforço de verbas e, logicamente, que haja um reforço também da oferta ferroviária, no imediato, pela contratação, não só de trabalhadores, que assegurem a partir da EMEF, a empresa sediada logicamente no Entroncamento, a reparação de todo o material circulante, que a médio prazo na aquisição também de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede, para que efetivamente estes descontos tenham efeito. Por fim coloco duas questões, para mais tarde serem respondidas: temos conhecimento que está a haver um reforço de verbas para as Comunidades Intermunicipais, porque efetivamente os valores que foram indicados, no início, são muito diminutos, o que obriga efetivamente a que os municípios tenham de fazer um maior esforço, e se está a haver ou não, um reforço para a Comunidade Intermunicipal, para se concretizarem estas medidas e, finalmente, os valores que foram apresentados, e a que tive acesso pela comunicação social, para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, seja para o modo rodoviário seja para o modo ferroviário, há valores que foram apresentados na Comunidade que não correspondem à realidade. E efetivamente gostaríamos que toda a gente tivesse conhecimento daqueles valores, porque há passes em que são indicados valores totais mensais que não correspondem à realidade, porque depois quando se faz o desconto de 40%, seja no modo ferroviário, seja no modo rodoviário, gostaríamos de saber se há conhecimento de alteração dos valores que foram apresentados na altura da conferência de imprensa. -----

--- Luís António A. Francisco, do Partido Social Democrata referiu-se à questão que foi anunciada, quer às associações de pais, quer na comunicação social, do previsto encerramento da escola Infante D. Henrique e com a transferência dos respetivos alunos para a escola D. Gualdim Pais e, a transferência dos alunos desta, para a escola Santa Iria e eventualmente para a escola Jácome Ratton, o que diz supor ser uma decisão já tomada, pelo que gostaria de saber o ponto de situação da parte da Câmara, sendo um assunto de interesse municipal e que fosse esclarecido sobre a propriedade atual da escola D. Gualdim Pais, o que se pensa fazer, em termos futuros, de obras na referida escola, bem como no espaço da escola Infante D. Henrique.

--- Maria da Luz A. Lopes, do Bloco de Esquerda (2ª intervenção) referiu que a questão dos passes sociais, que saudou, não é meramente economicista para as famílias, ela tem também interesse ecológico, porque com passes sociais mais acessíveis, utilizarão os transportes públicos, melhorando o ambiente e a economia, mas para isso o estado e as autarquias terão de arranjar soluções, não só na lei, mas na prática, com reforço rodoviário e ferroviário e, a cidade terá de resolver este problema, pela falta de estacionamento. Sobre o ramal de Tomar, afirmou que se tem de fazer pressão, porque não vai ser fácil resolver o problema dos comboios, que não estão preparados a receber o aumento de passageiros. -----

--- Maria de Lurdes F. Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (2ª intervenção) começou por se referir aos passes sociais, afirmando ser demagógico que na defesa pelo interior, e nesta matéria, existe um completo abandono, porque no interior e no concelho de Tomar, não existem carreiras de transportes públicos, por isso ser uma ilusão para os residentes das freguesias o fato de irem beneficiar destas medidas, quando não há transportes nem carreiras. Lembrou também que existem freguesias no concelho de Tomar, que não têm transporte a pedido, sendo uma medida da Comunidade Intermunicipal, no entanto não a ouviu falar na Assembleia. Daí sugerir para reflexão, esta matéria, pela sua importância. Sobre



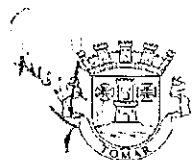
o encerramento da escola Infante D. Henrique, disse lamentar que se tivesse comemorado, no dia anterior os 45 anos do 25 de abril, e tivesse havido tão pouca partilha e falta de informação, sobre este encerramento, para com os Vereadores do PSD. Disse terem sido apanhados de surpresa, por uma reunião protagonizada pelo senhor Diretor do Agrupamento, e aqui presente, Dr. Paulo Macedo, notando-se falta dos valores do 25 de abril, nesta matéria, com uma tomada de posição bastante autoritária em vez de ser democrática, daí terem de ser muitas as explicações, porque sendo o povo a escolher os eleitos, merecem respostas. -----

--- Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (5ª intervenção) afirmou que, sendo o seu nome mencionado, gostaria de dizer que a CDU sempre defendeu a Constituição e, neste caso, os artigos referentes à educação. Referiu que depois de ler o comunicado do PSD, terá que questionar quem é que defendeu a municipalização da educação, quem na Assembleia da República defendeu a descentralização da educação, e quem é que propôs na Assembleia Municipal que fosse feito um debate sobre todos os temas da descentralização, chamando atenção que a que questão da transferência de competências, na área da educação, ainda não foi discutida. Lembrou que existe uma Carta Educativa de 2008, que teve uma monitorização em 2013, não havendo ainda um Plano Educativo Estratégico. Sugeriu ao Partido Social Democrata e também ao Partido Socialista, que se faça uma Assembleia Temática sobre o tema da educação no concelho, onde serão dadas respostas.

--- Maria de Lurdes F. Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (3ª intervenção) relativamente à intervenção do senhor Deputado Municipal Paulo Macedo, questionou o que tinha a sua intervenção a ver com aquilo que foi decidido na penumbra. -----

--- Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (4ª intervenção) sobre o PART referiu que alguém andou a dizer que esse plano não teria qualquer efeito em Tomar e no Entroncamento, mas o fato é que os cidadãos destes concelhos, que se deslocam para Lisboa, sabem que a redução anda pelos 50% do passe, extensiva aos transportes urbanos, e ao transporte a pedido. Disse saber que se pretende encontrar questões rasteiras e o PSD disse, na Assembleia da República, que esta redução não teria qualquer resultado, a não ser na Grande Lisboa ou no Grande Porto, no entanto os números demonstram o contrário, certamente a medida poderá ir mais além e está a ser trabalhada e é uma grande revolução na política de transportes. Sobre a educação referiu que, o PS está disponível para qualquer Assembleia Municipal Temática, sendo este um tema importante e que deve ser debatido. Disse perceber o debate e a preocupação dos pais e encarregados de educação, sendo uma matéria que deve ser discutida e trabalhada, mas a qualidade de ensino, as condições da escola e a garantia que os cidadãos de Tomar podem ter os seus filhos em situação de segurança e de qualidade, deve estar em primeiro lugar. Solicitou a informação do ponto de situação da segurança e de qualidade da escola Infante D. Henrique. Disse ser bom evitar o populismo, porque é fácil nestas matérias, tendo sugerido serem responsáveis, fazendo as melhores opções e a melhor será estar ao lado daquela que garanta que todos os alunos de Tomar estão nas melhores condições de segurança e comunicar junto dos pais, dos encarregados de educação e de toda a escola, quais são as melhores soluções e as melhores respostas que se podem encontrar a cada momento. -----

--- António Eduardo G. Costa Marques, do Partido Socialista sobre o encerramento da escola, afirmou que, não sendo uma intervenção política, o tempo que desempenhou as funções de professor permite que veja este assunto sem se pensar em termos políticos. Disse que o que se está a passar agora, deveria ir mais além, porque existe uma escola Infante D. Henrique, do 1º ciclo do ensino básico, com problemas, que precisa de grandes obras. Existe a escola D. Gualdim Pais na mesma situação, senão pior, e a escola de Santa Iria, mais recente e que beneficia desse aspeto. E a questão que se coloca é que não podemos ter uma escola, como a D. Gualdim Pais com 300 alunos, a Santa Iria com 200 alunos, lembrando que no tempo em que foi diretor da escola Santa Iria, durante 5 anos, tinha 900 alunos e hoje as duas não dão para uma escola, pelo que há que rentabilizar esta situação, porque só assim se criam melhores condições aos professores, aos funcionários e naturalmente para os alunos. Afirmou que a transferência dos alunos da escola Infante D. Henrique, e o seu fecho, para a escola D. Gualdim Pais, obriga a uma exigência, que se criem condições ótimas para que os alunos se sintam bem, nomeadamente obras na cobertura, na água da rede que se perde, a parte elétrica, e a Câmara terá de pressionar o Ministério da Educação. Lembrou a existência de um pavilhão, de um refeitório, tendo todas as condições. Referiu que no futuro deveria passar para lá o Jardim de



Infância de Tomar, porque onde está, não tem condições. Referiu que os pais têm de ser bem informados, da realidade e das melhores condições da escola. -----

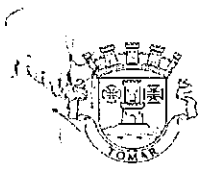
--- Maria de Lurdes F. Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (4ª intervenção) sobre o encerramento da escola referiu que, não sabem o que se está a passar, porque tudo foi proposto e decidido sem saberem de nada e gostavam de saber para também poderem informar. Sobre a revisão da Carta Educativa afirmou que, já houve tempo para o fazer. Relativamente aos transportes, disse que estão satisfeitos com as reduções, mas tem que se ver a falta de respostas, e quando se fala da CP e do Ramal de Tomar, é bom lembrar a quantidade de pessoas que vêm em pé da estação do Oriente até ao Entroncamento, porque suprimem carruagens, embora digam o contrário. Referiu que se tem de ter o transporte a pedido nas freguesias, de igual forma, com as mesmas respostas que se tem noutras freguesias e concelhos. -----

--- António Augusto B. Costa, do Partido Social Democrata questionou se é populismo dizer-se que maior parte das freguesias não tem transporte, porque já têm pouco quando há aulas, quando não as há, eles não existem. Sobre a escola, só diz que não houve transparência e nunca souberam de nada, sublinhando que se está a fazer a transferência de alunos de uma escola sem condições para outra no mesmo estado. Sobre os transportes, afirmou não serem contra aos passes sociais, mas às condições dos transportes e, não raras vezes, quem entra no Entroncamento vai em pé. -----

--- Augusto Manuel B. Alves, Presidente da União de Freguesias Urbanas de Tomar – S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais lembrou o fecho da escola das Cabeças, que muito o chocou, porque não tinha alunos e esses tiveram que ir para Carvalhos de Figueiredo e embora na altura não fosse do agrado dos pais, agora já não têm essa opinião. Sobre a escola Infante D. Henrique disse que o presidente da junta está todos os dias ligado às escolas e sabe das condições de cada uma delas. Disse que é pena que as coisas se saibam às escapadelas, porque deveria ter sido efetuada uma reunião com todos os interessados, para serem dados todos os esclarecimentos. Solicitou ao Vice-Presidente da Câmara e ao Diretor do Agrupamento que digam o que se está a passar. Afirmou que a escola D. Gualdim Pais também não tem condições. Referiu a escola de Santa Iria, como a mais indicada para essa transferência. Lamenta a guerra entre agrupamentos, que é mau para todos, e disse esperar que se resolvam as coisas de uma vez por todas e que não se ande em intrigas. Sobre os transportes, disse ter maus transportes na freguesia, depois de um levantamento que foi feito. Sobre os comboios, afirmou que as queixas poderão existir sobre as chamadas horas de ponta, fora disso existem lugares. -----

--- Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) disse congratular-se pela intervenção do senhor Deputado Municipal Costa Marques, que subscreve na íntegra, bem como do senhor Presidente da Junta Augusto Barros, embora na parte final da intervenção, sobre os comboios, tenha de referir um episódio registado com a esposa há 8 dias, na qual um comboio vindo de Lisboa, parou no Entroncamento, mandaram sair as pessoas e não havia continuação para Tomar, e sem darem algum esclarecimento. Reafirmou que ninguém está a dizer que se está a mentir, o que se tem dito é que não é tão bonito como querem pintar e, oxalá fosse como dizem, porque estavam todos bem servidos. Referiu que, quando se votam documentos muito bonitos, sobre o 25 de abril, a liberdade, a democracia e o respeito e, depois estão três Vereadores do PSD na oposição, e sabem na rua por pessoas estranhas à autarquia e à assembleia, do que se estava a passar nas escolas, ficando isso hoje também provado com duas intervenções da área do Partido Socialista. Afirmou que se querem dividir a sociedade tomarense, não façam as coisas às claras, porque o que o repudia é se estar a fazer tudo isto em cima do joelho, de forma secreta e sem respeito pelos alunos, pelos pais e pela sociedade. Disse não saber o que se vai fazer na escola D. Gualdim Pais para melhorar, e bem acolher, os alunos da escola Infante D. Henrique, vai ser tirado o amianto, construídos novos pavilhões, questionou. Disse estar tudo no segredo dos deuses e de factos consumados, e isto não é respeito, não é o espírito do 25 de abril e não é democracia. -----

--- Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (5ª intervenção) sobre a questão dos transportes e da demagogia disse que, basta ver a ata da última Assembleia da Comunidade Intermunicipal, e podem ver o que os representantes do PSD disseram sobre esta questão, que esta medida não tinha efeito no concelho de Tomar. Sobre a educação, frisou a segurança, e a melhor decisão para os cidadãos. Afirmou que o Partido Socialista defende uma transferência, com garantia de segurança das crianças, e a Câmara Municipal dará essas informações. -----



--- Susana Alexandra F. Faria, do Partido Socialista sublinhou que não foi dito que não existiam problemas com os comboios, o que foi dito é que neste momento já não é regra, embora a zona da Azambuja até Lisboa seja mais problemática. -----

--- António Eduardo G. Costa Marques, do Partido Socialista (2ª intervenção) em resposta à intervenção do Deputado Municipal Brito Costa referiu que, a transferência entre as escolas era aplaudida desde que fossem criadas boas condições, além daquelas que já existem, como o pavilhão e o refeitório e os pais terão de ser bem informados. Salientou que a educação terá de ser repensada em Tomar. Lembrou que a densidade populacional está a diminuir. Referiu que, uma escola de r/c e 1º andar nunca poderá ser para o 1º ciclo do ensino básico ou para jardins de infância, porque tecnicamente uma de r/c é o ideal, daí ser a Santa Iria e a D. Gualdim Pais, depois das obras. Defendeu que devia ser criado um lar residencial para alunos dos Palop's, lembrando as individualidades de países africanos que estudaram no antigo Colégio Nuno Álvares. -----

--- António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção) no seguimento da intervenção do senhor Deputado Municipal Casimiro Serra, afirmou que não devem andar todos no mesmo comboio, porque não é a primeira vez que lhe dizem, quando chega ao Entroncamento, que só as três primeiras carruagens seguem para Tomar e, muitas das vezes as ligações dentro das carruagens não permitem as mudanças, porque estão fechadas, implicando vir à rua para o fazer e, a continuar assim, nem o Ramal de Tomar teremos. Terminou dizendo que certamente no Alfa tem sempre lugar. -----

--- Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (5ª intervenção) em resposta ao senhor Presidente da Junta Urbana, informou que estão previstas reuniões com os pais e encarregados de educação, nestes dias, estando a debater o assunto com a direção do Agrupamento. Questionou o PSD se estava disposto a realizar uma Sessão Temática. -----

--- António Augusto B. Costa, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) questionou o senhor Deputado Municipal Hugo Costa, de quantos habitantes tem o concelho de Tomar, e de quantos usufruem do comboio e de passes sociais e de que valerá ter um passe social para o comboio para Lisboa, se não tem uma camioneta para apanhar o comboio. Afirmou também que, o PSD nunca foi contra uma Assembleia Temática. Sobre a Carta Educativa, referiu que poderão ter alguma culpa, mas o processo já poderia ter andado. -----

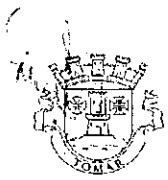
--- Maria de Lurdes F. Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (5ª intervenção) sobre a questão dos transportes, era para ser implementada só em Lisboa e no Porto, só depois quando os partidos o solicitaram, foi incluído o resto do país, sendo mais uma situação de propor e recuar. Por último referiu que, o Grupo Municipal do PSD solicita uma reunião com a Câmara Municipal e os Vereadores para explicarem esta questão das alterações das escolas, do seu encerramento e do que está a acontecer. -----

--- António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária (4ª intervenção) referiu que, ainda sobre os transportes, os comboios para Lisboa, até à Lamarosa, praticamente não levam ninguém, do Entroncamento até Santarém ficam meios, a partir daí, já há imensas pessoas em pé, e a partir de Vila Franca de Xira já têm dificuldades até para ir de pé e o inverso acontece o mesmo, pelo que haverá falta de carruagens. -----

--- Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (6ª intervenção) repondo a verdade, afirmou que a proposta inicial do Orçamento de Estado era para o país inteiro, o PCP fez uma proposta para aumentar a verba, não sobre a incidência, e o PSD votou contra na Assembleia da República, dizendo que não era para o país inteiro, e a proposta Orçamental sempre foi a mesma em relação à incidência, sendo que, a única alteração foi no valor. Lembrou que em vinte anos não foram comprados comboios. -----

--- António Augusto B. Costa, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) em resposta ao senhor Deputado António Silva afirmou que, devia falar com senhora Deputada Municipal Susana Faria e escolher os comboios em que ela viaja. Sobre as escolas, questionou o senhor Deputado Municipal Costa Marques se acha que vão ser feitas obras na escola D. Gualdim Pais, de forma que possa receber a escola Infante D. Henrique, até ao final do ano letivo, terminando por dizer que duvida, devido à quantidade de obras que dizem ser necessárias. -----

--- Susana Alexandra F. Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção) em resposta ao senhor Deputado Municipal Brito Costa, disse que teria todo o gosto em o acompanhar até Lisboa para ver a realidade do que afirmou. -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: **"Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - "Não há Planeta B"** -----
No passado dia 15 de março, milhares de jovens portugueses participaram em ações em diversos pontos do país reclamando medidas para os problemas ambientais e para defesa do Planeta. -----

Sendo expressão de uma ação internacional de grande dimensão, e apesar de enquadrar invocações contraditórias, aquela iniciativa revelou a disponibilidade das jovens gerações para a denúncia e a ação relativamente aos graves problemas ambientais com que hoje o mundo se confronta, particularmente a depredação dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista. -----

A apropriação dos recursos naturais em geral por grandes grupos económicos e financeiros; a sua mercantilização e exploração colocando o seu valor ecológico e correspondente valor social submetidos ao lucro; a chantagem, agressão e guerra contra povos e países para dominar os seus recursos naturais, incluindo os energéticos, com uma utilização e saque indiscriminados, ameaçam a biodiversidade, a sobrevivência da espécie humana e a própria subsistência do planeta. -----

Os problemas ambientais não encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos e à taxação de comportamentos individuais, sobrecarregando camadas mais empobrecidas. -----

A ação dos povos e a intervenção dos Estados são decisivas para a defesa do Planeta, da biodiversidade, do meio ambiente, da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais para satisfação das necessidades sociais. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:
Assembleia Municipal de Tomar -----

1. Saudar os jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março e exorta-os a prosseguir a luta contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza, pelo reforço de medidas que aumentem a eficiência energética e que desenvolvam alternativas energéticas de domínio público. -----

2. Saudar todos os cidadãos que apoiando estas ações criaram movimentos para marcar posição em defesa do Planeta organizando iniciativas com esse objetivo. -----

Tomar, 26 de abril de 2019 -----

Os eleitos da CDU". -----

--- O Senhor Deputado Municipal João Manuel P. Henriques Simões, do Partido Socialista apresentou uma proposta de nova redação, do seguinte teor: **"Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - «não há planeta B» da CDU.** -----

1- Saudar os jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março e exortá-los a prosseguir a lutar por um desenvolvimento sustentável e uma alteração dos padrões atuais de consumo, pautados pela procura da neutralidade carbónica, redução da pegada ecológica e hídrica, aumento da eficiência energética e procura de alternativas renováveis para a produção de energia contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza. -----

2- -----
3- Saudar todos os cidadãos que, na sua conduta individual buscam reduzir o seu impacto no planeta Terra. -----

4- Aprovar esta deliberação em minuta e transmiti-la à Presidência da República, à Assembleia da República (Presidência e Grupos Parlamentares, Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação) ao Governo (Primeiro-Ministro e Ministro do Ambiente e da Transição Energética), à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; à Câmara Municipal de Tomar e freguesias do Concelho, à ANMP, à ANAFRE e dar conhecimento dela à comunicação social. -----

Tomar, 26 de abril de 2019. -----

O Eleito pelo Partido Socialista, João Manuel Pimenta Henriques Simões". -----



--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, a Moção da Coligação Democrática Unitária, com a nova redação apresentada pelo senhor Deputado Municipal João Manuel P. Henriques Simões, do Grupo Municipal do Partido Socialista e também subscrita por este grupo municipal, tendo sido aprovada com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e catorze abstenções do Partido Social Democrata e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Perira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste, passando a moção a ser do seguinte teor: "**Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais - "Não há Planeta B"**" -----

No passado dia 15 de março, milhares de jovens portugueses participaram em ações em diversos pontos do país reclamando medidas para os problemas ambientais e para defesa do Planeta. -----

Sendo expressão de uma ação internacional de grande dimensão, e apesar de enquadrar invocações contraditórias, aquela iniciativa revelou a disponibilidade das jovens gerações para a denúncia e a ação relativamente aos graves problemas ambientais com que hoje o mundo se confronta, particularmente a depredação dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista. -----

A apropriação dos recursos naturais em geral por grandes grupos económicos e financeiros; a sua mercantilização e exploração colocando o seu valor ecológico e correspondente valor social submetidos ao lucro; a chantagem, agressão e guerra contra povos e países para dominar os seus recursos naturais, incluindo os energéticos, com uma utilização e saque indiscriminados, ameaçam a biodiversidade, a sobrevivência da espécie humana e a própria subsistência do planeta. -----

Os problemas ambientais não encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos e à taxação de comportamentos individuais, sobrecarregando camadas mais empobrecidas. -----

A ação dos povos e a intervenção dos Estados são decisivas para a defesa do Planeta, da biodiversidade, do meio ambiente, da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais para satisfação das necessidades sociais. -----

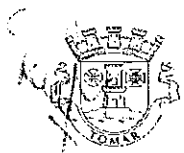
Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:
Assembleia Municipal de Tomar -----

1- Saudar os jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março e exortá-los a prosseguir a lutar por um desenvolvimento sustentável e uma alteração dos padrões atuais de consumo, pautados pela procura da neutralidade carbónica, redução da pegada ecológica e hídrica, aumento da eficiência energética e procura de alternativas renováveis para a produção de energia contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza. -----

2 - Saudar todos os cidadãos que apoiando estas ações criaram movimentos para marcar posição em defesa do Planeta organizando iniciativas com esse objetivo. -----

3 - Saudar todos os cidadãos que, na sua conduta individual buscam reduzir o seu impacto no planeta Terra. -----

4 - Aprovar esta deliberação em minuta e transmiti-la à Presidência da República, à Assembleia da República (Presidência e Grupos Parlamentares, Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação) ao Governo (Primeiro-Ministro e Ministro do Ambiente e da Transição Energética), à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; à Câmara Municipal de Tomar e freguesias do Concelho, à ANMP, à ANAFRE e dar conhecimento dela à comunicação social". -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: **"MOÇÃO - 45.º aniversário da Revolução de Abril** -----

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que culminou uma longa e heróica luta do povo português, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas, sociais e culturais, foi desencadeada pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) e desde a primeira hora, seguido de um levantamento popular. -----

O Poder Local Democrático, parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, também é uma conquista de Abril que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um poder local participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, iniciado com as comissões administrativas, após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

Urge, não apenas valorizar a Revolução de Abril como um dos maiores acontecimentos da história contemporânea portuguesa, mas também denunciar o regime fascista, bem como os crimes e atrocidades por si cometidos. -----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que contribua para o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais, que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. -----

As comemorações do 25 de Abril devem ser, também, um momento de convergência e unidade dos democratas, dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de abril de 2019, delibera: ----

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. -----

2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. -----

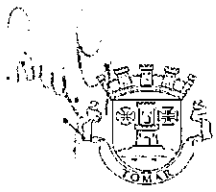
Tomar, 26 de abril de 2019 -----

Os eleitos da CDU". -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezanove votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste, doze votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Partido Social Democrata. -----

--- O senhor Deputado Municipal Casimiro Mateus Fernandes Serra, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **"Moção – 45º Aniversário da Revolução de Abril – Declaração de Voto – O signatário exerceu o seu voto de abstenção neste documento, porque sendo um adepto do regime democrático instaurado em Portugal em 25 de abril de 1974, não pode deixar de repudiar que a CDU (Partido Comunista) sistematicamente utiliza linguagens próprias e exclusivas da sua ideologia de adeptos das ditaduras marxistas-leninistas, deturpando assim o verdadeiro espírito da revolução, que só foi restaurada pela intervenção do MFA a 25 de Novembro de 1975, com aliás, um grande contributo do então PS, liderado por Mário Soares.** -----

Parafraseando a Dra. Anabela Freitas, na sessão comemorativa do 25 de Abril de 2019 neste mesmo salão nobre, «O 25 de Abril não tem donos, não é de esquerda nem é direita».-----



M. J. Costa

–E este documento da CDU é mais uma tentativa (das muitas feitas nos anos passados) para se assenhorearem da data e do seu significado, com intuítos partidários e ideológicos. -----
Tomar, 26 de Abril de 2019 -----
Casimiro Serra” -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR - Moção: 45º Aniversário da Revolução de Abril. - Declaração de Voto** -----

O Poder Local é, sem dúvida, uma das principais conquistas de Abril. O Poder Local foi, e é, determinante na promoção do investimento público, da infraestruturização do território e do progresso do país. -----

Os autarcas são, por isso, os mais bem preparados para realizar o verdadeiro desígnio do poder público: servir os cidadãos, defender os interesses das nossas populações e de trabalhar em prol das comunidades. -----

Honrar abril é também encarar a causa pública com sentido de responsabilidade e seriedade, procurando a estabilidade, a coesão e o desenvolvimento coletivo. -----

Honrar abril é não esquecer que, um ano depois, a extrema-esquerda tentava impor em Portugal um novo regime autoritário, próximo dos países comunistas, colocando em causa a democracia em Portugal. -----

Honrar abril é também acreditar num caminho de pontes e não de ruturas. É respeitar o legado de gerações de portugueses e, em particular, de tomarenses que muito deram à nossa terra. ---
Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD optou por votar contra a Moção ‘45º Aniversário da Revolução de Abril’ apresentada pela CDU. -----

Tomar, 26 de Abril de 2019. **O Grupo Municipal do PSD”**. -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara sobre o “**Relatório de Actividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar referente ao ano de 2018**”, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da Encarnação S. B. de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Luis António A. Francisco, do Partido Social Democrata; Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão; António A. Brito Costa, do Partido Social Democrata; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar; António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária; Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista (2ª intervenção); Isabel Maria N. Fernandes Boavida, do Partido Social Democrata; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (2ª intervenção); António A. Brito Costa, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) e Maria da Luz A. Lopes, do Bloco de Esquerda. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo-se registado o seguinte resultado: dezasseis votos a favor do Partido Socialista e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Perira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste e dezasseis votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- Tendo-se verificado um empate na votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, exerceu o seu direito de voto de qualidade, tendo sido aprovada. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: “**2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR** -----

Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre o Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, referente ao ano de 2018. -----

Declaração de Voto -----

Tendo presente o Relatório de Atividades e Contas (RAC) dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) da Câmara Municipal de Tomar (CMT) referente ao ano de 2018 o Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) analisou o documento, parecendo-lhe ser de salientar o seguinte: -----



Handwritten signature

= A atividade dos SMAS é descrita por um conjunto de esquemas, de quadros e de gráficos, que nos dão a ideia de como esta evoluiu ao longo do ano de 2018. Destes ressaltam três aspetos que evidenciam uma má gestão: a continuidade e aumento das “perdas de água”; a continuidade de uma política de tarifas altas, penalizando a população, em detrimento da redução de custos; um resultado líquido do exercício negativo, francamente superior ao do ano anterior (também já negativo). -----

= Continuam a manter-se saldos de conta corrente elevados entre os SMAS e a CMT, que não são claros e evidenciam “esquemas” de gestão promíscuos entre as duas entidades. -----

= Em face da conhecida decisão de extinção dos SMAS e da sua substituição por uma empresa intermunicipal, é estranho e parece grave, que no presente RAC “alegremente” tudo se descreva numa perspetiva de continuidade dos SMAS, como tal não fosse acontecer, privando o leitor do documento desta informação fundamental, que coloca em causa o valor e avaliação fidedigna da entidade SMAS. Passa-se assim, por omissão, informação enganosa. -----

Em face do exposto o Grupo Municipal do PSD optou por votar contra a aprovação do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, referente ao ano de 2018. -----

Tomar, 26 de Abril de 2019. **O Grupo Municipal do PSD**. -----

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara sobre o “**Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2018**”, ao abrigo da alínea i), do nº 1, do Artigo 33.º e da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Luis António A. Francisco, do Partido Social Democrata; Susana Alexandra F. Faria, do Partido Socialista; João Manuel P. H. Simões, do Partido Socialista; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão; Maria da Luz A. Lopes, do Bloco de Esquerda; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar; Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata; António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (2ª intervenção); Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (2ª intervenção); Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (3ª intervenção) e Casimiro Mateus F. Serra, do Partido Social Democrata (3ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, com dezasseis votos a favor do Partido Socialista e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste, quinze votos contra do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: “**2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR** -----

Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2018. - Declaração de Voto -----

Após análise do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2018, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) salienta e questiona o seguinte: -----

- A qualidade do Documento de Prestação do Município de Tomar que recebemos, com ele conseguimos ter uma perceção, embora que sucinta, daquela que foi a atividade financeira do Município durante o ano de 2018 e da sua posição em 31/dez/2018. -----
- Sendo um facto conhecido no momento da elaboração deste documento a decisão da extinção ou encerramento dos SMAS, tendo sido algo trabalhado ao longo de 2018, com passagem para a esfera da Câmara, de pessoal, de alguma da sua atividade, havendo com certeza responsabilidades, ativos e passivos que não passarão para a nova entidade



M. Paul

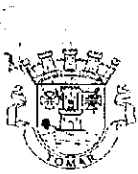
intermunicipal, não deveria ser refletido o impacto que tal tem sobre o valor da entidade Município de Tomar? -----

- Conforme se afirma no Relatório de Gestão a população residente no Concelho diminui e aumenta o índice de envelhecimento. Tal tem impacto em termos sociais e económicos. O que tem sido feito para contrariar ou tendo em conta estes dados? -----*
- Talvez consequentemente... as despesas da CMT por habitante subiram; idem as receitas por habitante... há mais carga fiscal sobre os habitantes (nomeadamente em sede de IMI... as casas continuam a existir, falta quem as habite, a desertificação continua, ou seja, são menos a pagar o mesmo património), também os custos fixos da Câmara mantêm-se em relação a 2017, continuando as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços a representar perto de 70% da Despesa total, o que gera uma maior proporção por habitante e torna Tomar das autarquias pior qualificadas neste rácio. O que é que tem sido feito para contrariar esta tendência e adequar a situação? -----*
- A execução dos objetivos estratégicos é muito baixa. Se a considerarmos em relação ao Orçamento Corrigido, ela é na ordem dos 55%, contudo se atendermos ao Orçamento Inicial (aquele que foi o projeto inicial apresentado a à Assembleia Municipal) a execução cifra-se na ordem dos 43%. Tal como em anos anteriores o orçamento é reduzido ao longo do ano em sistemáticas revisões, procurando obter-se melhores percentagens de execução. A realidade é a mesma mas a fotografia fica melhor. Note-se que entre os dois primeiros objetivos estratégicos definidos para 2018, que representam perto de 80% do valor orçamentado em termos de Grandes Opções do Plano, eles só vêm a representar cerca de 70% do real, com uma execução de abaixo dos 50%. Ou seja, o que se planeou fazer como prioritário, ficou a menos de metade... assim andamos, assim continuamos a governar, propomos objetivos e quase só cumprimos o que somos obrigados. Vejamos alguns exemplos (entre os principais valores nos dois objetivos prioritários e mais representativos em termos de orçamento): -----*

01 - Coeção e inclusão social	Orç. Inicial	Orç. Corrigido	Real	Execução %
Reabilitação imóveis do Município	113.535,00	88.535,00	85.241,54	96,28%
Progr. Desenv. Rede Escolar	280.000,00	280.000,00	269.181,44	96,14%
Prog. generalização forn. refeições EB	210.000,00	210.000,00	209.934,40	99,97%
02 - Desenvolvimento urbano	Orç. Inicial	Orç. Corrigido	Real	Execução %
Demolições	144.430,00	15.330,00	15.247,04	99,46%
Parque estacionamento 1 - imob.	233.218,00	233.218,00	222.750,00	95,51%
Parque estacionamento 1 - custos financeiros	114.910,00	114.910,00	109.749,96	95,51%
Beneficiação Canil Municipal	99.185,00	99.185,00	99.184,20	100,00%
Transferências para Freguesias	800.000,00	764.000,00	762.131,89	99,76%
Fórum Romano	170.000,00	153.800,00	152.822,85	99,36%
Intervenção Aqueduto Pegões	327.393,00	277.393,00	277.056,06	99,88%
Aquisição de imóveis	100,00	560.100,00	550.000,00	98,20%

Tudo boa execução, com orçamentos corrigidos ou em situações do tipo “não se pode fugir a isto!” -----

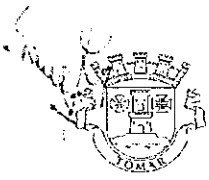
Mas também pegando nos dois objetivos mais representativos, temos o inverso: -----



01 - Coeção e inclusão social	Orç. Inicial	Orç. Corrigido	Real	Execução %
Reabilitação de escolas para habitação social	100.000,00	500,00	0,00	0,00%
Realojamento Famílias em novas tipologias	359.667,00	359.667,00	42.633,16	11,85%
Eficiência energética - bairros sociais	82.663,00	663,00	0,00	0,00%
Ampliação/remodelação do Pavilhão Municipal	912.000,00	912.000,00	0,00	0,00%
Reabilitação do Campo de Futebol do IPT	10.000,00	196.000,00	0,00	0,00%
Eficiência energética - Complexo Desportivo	200.000,00	500,00	0,00	0,00%
Construção Centro Escolar Linhaceira	1.429.682,00	398.536,00	69.647,83	17,48%
Equipamento e mobiliário escolar (Linhaceira)	40.000,00	148.150,00	66.412,70	44,83%
02 - Desenvolvimento urbano	Orç. Inicial	Orç. Corrigido	Real	Execução %
Requalificação da Várzea Grande e envolvente	1.250.000,00	745.000,00	10.332,00	1,39%
Revis. Plano Diretor Municipal + plano pormenor	225.000,00	160.000,00	0,00	0,00%
Conservação diversa rede viária	400.000,00	313.250,00	119.666,82	38,20%
Arruamentos, passeios e outros	100.000,00	42.000,00	22.677,70	53,99%
Tomar Ciclável - projeto	50.000,00	27.500,00	13.745,25	49,98%
Intervenção em obras de arte	100.000,00	58.800,00	0,00	0,00%
Reabilitação EM 526 - Póvoa	41.175,00	1.175,00	0,00	0,00%
Execução de valetas em betão	75.000,00	500,00	0,00	0,00%
Equipamento - bilhética	79.944,00	86.444,00	6.314,65	7,30%
Requalificação CM 1119 S. Pedro/Quinta Falcão	75.000,00	20.000,00	0,00	0,00%
Empreitada para a aplicação de anti derrapante	90.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Empreitada requal. CM Carregueiros/S. Simão	50.000,00	19.000,00	0,00	0,00%
Reconversão EB1 Póvoa p/ Centro Natureza	57.456,00	2.456,00	0,00	0,00%
Praia Fluvial Alqueidão	50.000,00	500,00	0,00	0,00%
Transferências para SMAS - limpeza urbana	250.000,00	100,00	0,00	0,00%

Continuando com a análise da receita e da despesa: -----

- A receita Corrente sobe ligeiramente em relação a 2017, essencialmente pela via dos Impostos Indiretos, particularmente do IMI mas também por Transferências da Administração Central. A receita de Capital também sobe ligeiramente, contrariando a quebra de vinha ocorrendo desde 2012, essencialmente por via de Transferências de Capital mas sem real impacto na Tesouraria, pois foram feitos acertos relativos à obra da Escola Nuno Álvares e outras. -----
- A Despesa teve uma execução face ao orçamentado de 87% na Despesa de Capital e de 53,5% na Despesa Corrente. -----
- Na Despesa Corrente continua a ter grande peso as Despesas com o Pessoal (Tomar é dos municípios onde o peso das Despesas com Pessoal no computo do total da Despesa atinge maior valor (p. 48 do documento). Acresce o valor de Aquisição de Bens e Serviços, essencialmente despesas fixas e aonde se nota o incremento do outsourcing, ou seja, em grande parte dando incremento a Despesas com Pessoal de um modo camuflado. -----
- A despesa de investimento, numa tendência decrescente há vários anos, sobe em 2018 face a 2017, note-se contudo que tal acontece à conta das Receitas Correntes... o Saldo de Capital (Receita menos Despesa) é sempre negativo desde 2012, espelhando uma diminuta arrecadação de receita de capital... este saldo negativo tem sido compensado pela transação de receita corrente para investimento. -----
- Houve 2 revisões ao orçamento e 13 alterações orçamentais... no computo um orçamento inicial de 33,7 milhões de euros passou para 30,5 milhões de euros, havendo assim uma variação de cerca de 10% entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido. Contudo, se se tiver em conta que ao nível da receita houve a introdução do Saldo de Gerência Anterior no valor de cerca de 3 milhões de euros então a diminuição do Orçamento Inicial para o Corrigido é na ordem dos 6 milhões, ou seja de 20%. Só na rubrica da Receita relativa a transferências relativas a projetos Portugal 2020 há uma alteração ao orçamento inicial



M. J. P.

reduzindo-o em 5,5 milhões de euros... Porquê? O que é que se passou?... Evidentemente isto levou a um conjunto de cortes no lado da despesa, especialmente ao nível do investimento e como já se viu nas Grandes Opções do Plano. -----

- O Total do Ativo diminui, em face das depreciações/amortizações serem superiores ao investimento... a depreciação de máquinas, edifícios, equipamentos é superior ao valor da sua substituição/manutenção... a património municipal está a envelhecer e a degradar-se!...*
- É bom constatar que tem aumentado a autonomia financeira do município!... tem-se cumprido com o serviço da dívida e conseqüentemente, apesar de tudo, tem melhorado este indicador. -----*
- Os resultados líquidos do período (2018) diminuíram face a 2017. Apesar de maiores proveitos, houve um maior valor de custos com Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prest. Sociais, o que pode ser aceitável... contudo continuamos com o já focado valor de despesas fixas proporcionalmente exagerado, em Fornecimentos e Serviços Externos e em Custos com o Pessoal. -----*
- O impacto do encerramento do Tomar Polis continua por refletir nas contas do Município!... o Revisor Oficial de Contas continua a mencionar isto como reserva ao longo dos anos e a situação continua em impasse. Qual o ponto de situação atual? -----*

Em face do exposto, também por não ver clarificadas muitas das questões que levantou, o Grupo Municipal do PSD optou por votar contra a aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2018. -----

Tomar, 26 de Abril de 2019. O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre a **“Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 do Município de Tomar”** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão e António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, com dezasseis votos a favor do Partido Socialista e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- Entrando no **Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, sobre a **Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 dos SMAS de Tomar** nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do nº 1, do Artº 33º e da alínea a), do nº 1, do Artº 25º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, com dezasseis votos a favor do Partido Socialista e do senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- Entrando no **Ponto Cinco e Seis** - **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Isabel Maria N. F. Boavida, do Partido Social Democrata; António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão; António José de C. Silva, da Coligação Democrática



Assembleia Municipal de Tomar

Unitária (2ª intervenção); Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (2ª intervenção); António José de C. Silva, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção); Maria Fernanda P. Correia, do Partido Social Democrata; Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Augusto Manuel B. Alves, Presidente da União de Freguesias Urbanas de Tomar – S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (3ª intervenção); António Eduardo G. Costa Marques, do Partido Socialista; António A. Brito Costa, do Partido Social Democrata; Vice Presidente da Câmara Municipal, Hugo Renato F. Cristóvão (4ª intervenção) e António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata (2ª intervenção). -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, António Eduardo Gonçalves Costa Marques, Primeiro Secretário em exercício, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Fortunato Pereira

O Primeiro Secretário
em exercício,

António Eduardo Gonçalves Costa Marques

Handwritten signature or initials, possibly "G. G. G." or similar, written in cursive.